

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2021

1 - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Disponível (Nota 4.1)	318	293	Exigível Operacional (Nota 4.4)	198	140
Realizável (Nota 4.2)	381.310	340.212	Gestão Previdencial	173	117
Gestão Previdencial	2	8	Gestão Administrativa	25	23
Gestão Administrativa	8.519	7.770	Exigível Contingencial (Nota 4.5)	8.853	8.096
Investimentos (Nota 4.2.3)	372.789	332.434	Gestão Administrativa	8.530	7.780
Fundos de Investimento	369.622	328.741	Investimentos	323	316
Operações com Participantes	2.844	3.377	Patrimônio Social	372.589	332.285
Depósitos Judiciais/Recursais	323	316	Patrimônio de Cobertura do Plano	365.080	325.361
Imobilizado e Intangível (Nota 4.3)	12	16	Provisões Matemáticas (Nota 4.6)	355.461	315.112
Imobilizado	12	16	Benefícios Concedidos	157.801	143.019
			Benefícios a Conceder	198.321	172.820
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(661)	(727)
			Equilíbrio Técnico (Nota 4.7)	9.619	10.249
			Resultados Realizados	9.619	10.249
			Superavit Técnico Acumulado	9.619	10.249
			Fundos (Nota 4.8)	7.509	6.924
			Fundos Previdenciais	3.667	3.788
			Fundos Administrativos	3.842	3.136
TOTAL DO ATIVO	381.640	340.521	TOTAL DO PASSIVO	381.640	340.521

2 - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	332.285	298.434	11,34%
1. Adições	52.950	45.801	15,61%
(+) Contribuições Previdenciais	9.208	9.129	0,87%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.217	33.965	21,35%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	433	(100,00%)
(+) Receitas Administrativas	2.038	1.947	4,67%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	487	327	48,93%
2. Destinações	(12.646)	(11.950)	5,82%
(-) Benefícios	(10.453)	(10.200)	2,48%
(-) Portabilidades/Resgates	(372)	-	100,00%
(-) Outras Destinações	(2)	-	100,00%
(-) Despesas Administrativas	(1.321)	(1.258)	5,01%
(-) Constituição Líquida de Contingências Administrativas	(498)	(492)	1,22%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	40.304	33.851	19,06%
(+/-) Provisões Matemáticas	40.349	24.546	64,38%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(630)	8.599	(107,33%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(121)	182	(166,48%)
(+/-) Fundos Administrativos	706	524	34,73%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	372.589	332.285	12,13%

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

3 - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	329.149	295.822	11,27%
1. Adições	52.125	45.165	15,41%
(+) Contribuições	10.908	10.767	1,31%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.217	33.965	21,35%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	433	(100,00%)
2. Destinações	(12.527)	(11.838)	5,82%
(-) Benefícios	(10.453)	(10.200)	2,48%
(-) Portabilidades/Resgates	(372)	-	100,00%
(-) Custeio Administrativo	(1700)	(1.638)	3,79%
(-) Outras Destinações	(2)	-	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	39.598	33.327	18,82%
(+/-) Provisões Matemáticas	40.349	24.546	64,38%
(+/-) Fundos Previdenciais	(121)	182	(166,48%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(630)	8.599	(107,33%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	368.747	329.149	12,03%
C) Fundos não Previdenciais	706	524	34,73%
(+/-) Fundos Administrativos	706	524	34,73%

4 - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
1. Ativos	373.086	332.717	12,13%
Disponível	314	291	7,90%
Recebíveis Previdencial	3.845	3.144	22,30%
Investimentos	368.927	329.282	12,04%
Fundos de Investimentos	365.760	325.589	12,34%
Operações com Participantes	2.844	3.377	(15,78%)
Depósitos Judiciais/Recursais	323	316	2,22%
2. Obrigações	(496)	(432)	14,81%
Operacional	(173)	(116)	49,14%
Contingencial	(323)	(316)	2,22%
3. Fundos não Previdenciais	(3.842)	(3.136)	22,51%
Fundos Administrativos	(3.842)	(3.136)	22,51%
5. Ativo Líquido (1+2+3)	368.748	329.149	12,03%
Provisões Matemáticas	355.461	315.112	12,80%
Superávit/Déficit Técnico	9.619	10.249	(6,15%)
Fundos Previdenciais	3.668	3.788	(3,17%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	9.619	10.249	(6,15%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	56.522	51.620	9,50%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	66.141	61.869	6,90%

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

5 - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.136	2.612	20,06%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.525	2.274	11,04%
1.1. Receitas	2.525	2.274	11,04%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.700	1.638	3,79%
Custeio Administrativo dos Investimentos	338	309	9,39%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	487	327	48,93%
2. Despesas Administrativas	(1.321)	(1.258)	5,01%
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(1.321)	(1.012)	30,53%
Pessoal e Encargos	(331)	(249)	32,93%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(37)	(37)	0%
Serviços de Terceiros	(742)	(649)	14,33%
Despesas Gerais	(54)	(45)	20,00%
Depreciações e Amortizações	(4)	(4)	0%
Tributos	(153)	(28)	446,43%
2.2. Administração dos Investimentos	-	(246)	(100,00%)
Pessoal e Encargos	-	(54)	(100,00%)
Serviços de Terceiros	-	(85)	(100,00%)
Tributos	-	(107)	(100,00%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(498)	(492)	1,22%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3)	706	524	34,73%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	706	524	34,73%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.842	3.136	22,51%

7 - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	369.243	329.582	12,03%
1. Provisões Matemáticas	355.461	315.112	12,80%
1.1. Benefícios Concedidos	157.801	143.019	10,34%
Benefício Definido	157.801	143.019	10,34%
1.2. Benefícios a Conceder	198.321	172.820	14,76%
Contribuição Definida	3.827	3.296	16,11%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	849	754	12,60%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	2.978	2.542	17,15%
Benefício Definido	194.494	169.524	14,73%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(661)	(727)	(9,08%)
(-) Serviço Passado	(661)	(727)	(9,08%)
(-) Participantes	(661)	(727)	(9,08%)
2. Equilíbrio Técnico	9.619	10.249	(6,15%)
2.1. Resultados Realizados	9.619	10.249	(6,15%)
Superávit Técnico Acumulado	9.619	10.249	(6,15%)
Reserva de Contingência	9.619	10.249	(6,15%)
3. Fundos	3.667	3.788	(3,19%)
3.1. Fundos Previdenciais	3.667	3.788	(3,19%)
4. Exigível Operacional	173	117	47,86%
4.1. Gestão Previdencial	173	117	47,86%
5. Exigível Contingencial	323	316	2,22%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	323	316	2,22%

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Milhares de Reais)**

1. Contexto Operacional

A Previcel – Previdência Privada da Celepar, é uma entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, instituída pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, e pela Fundação Celepar – Funcel, por prazo indeterminado, autorizada a funcionar pela Portaria nº 3.668 de 26 de novembro de 1996, do Ministério da Previdência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Previcel tem como finalidade principal suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes integrantes do seguinte Plano de Benefícios:

PLANO BÁSICO

I. QUANTO AOS PARTICIPANTES

- a) Suplementação Mensal de Aposentadoria Normal;
- b) Suplementação Mensal de Aposentadoria Antecipada;
- c) Aposentadoria Diferida;
- d) Suplementação Mensal de Aposentadoria por Invalidez; e
- e) Abono Anual.

II. QUANTO AOS DEPENDENTES BENEFICIÁRIOS:

- a) Suplementação Mensal de Pensão por Morte;
- b) Suplementação Mensal de Auxílio Reclusão; e
- c) Abono Anual (para benefícios de Pensão por Morte e Auxílio Reclusão).

Os estudos atuariais do plano de seguridade das patrocinadoras são conduzidos por atuários independentes, que assinam as respectivas Notas Técnicas Atuariais, perante os participantes, os órgãos públicos e a própria Previcel.

O parecer atuarial, emitido anualmente, serve como base para determinar o valor das reservas técnicas necessárias ao cumprimento das obrigações do Plano Básico.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), por meio da Resolução nº 43, de 06 de agosto de 2021, e pela Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade e é representada pelo balanço patrimonial consolidado, demonstração da mutação do patrimônio social, demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, demonstração do ativo líquido por plano de benefícios, demonstração do plano de gestão administrativa consolidada, demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios e notas explicativas às demonstrações contábeis.

A Previcel apresenta mensalmente balancetes do Plano de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis do plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, sendo esta a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Previcel e autorizadas para divulgação em 21/03/2022.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

A contabilidade da Previcel é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios, de forma a identificar, separadamente, o Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa, ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

A Previcel adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta.

As principais práticas contábeis adotadas pela Previcel, para elaboração das presentes demonstrações contábeis, foram as descritas a seguir:

- a) As receitas e despesas são registradas segundo o regime de competência.
- b) Fluxo de investimentos – Refere-se aos investimentos efetuados no mercado financeiro e estão registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data

do balanço, calculados com base nas taxas pactuadas perante as instituições financeiras e ajustadas ao valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários

Em consonância às disposições estabelecidas na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e alterações posteriores, os títulos e os valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação

Contempla os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Os referidos títulos e valores mobiliários devem ser ajustados pelo valor de mercado.

- Títulos mantidos até o vencimento

Contempla os títulos públicos federais para os quais haja intenção e capacidade financeira da Previcel em mantê-los na carteira até o vencimento, desde que o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos seja igual ou superior a cinco anos. Sua avaliação é efetuada pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

Operações com participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes ativos, acrescidos de juros pactuados correspondentes a 1,40% ao mês, com prazos de amortização em até 96 meses, e empréstimos concedidos aos participantes assistidos, acrescidos de juros pactuados correspondentes a 1,60% ao mês, com prazos de amortização em até 24 meses.

- c) O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou formação deduzido da depreciação e amortização, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota 4.3, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- d) As Provisões Matemáticas são calculadas em bases atuariais sob a inteira responsabilidade da Data A Soluções em Serviços Atuariais, Econômicos e Previdenciários Ltda, consultoria atuarial contratada pela Previcel. As Provisões refletem o valor presente dos compromissos relativos aos benefícios concedidos aos assistidos e benefícios a conceder aos participantes ativos da Previcel e seus beneficiários, líquidos das respectivas contribuições.
- e) O Patrimônio Social é composto pelo Patrimônio de Cobertura do Plano e demais Fundos constituídos para finalidades específicas.
- f) A Entidade declara sua intenção de continuidade operacional, administrando plano de benefícios previdenciais. Tal intenção é confirmada pela busca de adesão de novos participantes e pela contínua manutenção dos benefícios pagos. Na gestão de ativos e passivos é importante destacar a realização periódica de estudos de ALM (Asset Liability Management) – que avaliam a adequação dos ativos e passivos do Plano Básico com

horizonte de dez anos – e estudo de aderência da taxa de juros – que verifica a convergência da taxa real anual de juros utilizada para desconto dos compromissos do plano de benefícios com o retorno real anual esperado da carteira de ativos até a exaustão do passivo previdenciário.

4. Balanço Patrimonial

4.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponível		
Imediato	318	293
Bancos Conta Movimento	318	293
Itaú	<u>318</u>	<u>293</u>
Total	<u><u>318</u></u>	<u><u>293</u></u>

4.2. Realizável

4.2.1. Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber do Plano Previdencial referentes a contribuições do mês de dezembro a serem repassados até o vencimento. Em 31 de dezembro tais rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gestão Previdencial		
Recursos a Receber	2	8
Contribuições do Mês	2	8
Autopatrocinados	<u>2</u>	<u>8</u>
Total	<u><u>2</u></u>	<u><u>8</u></u>

4.2.2. Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber do PGA referentes a depósitos judiciais e despesas pagas antecipadamente. Em 31 de dezembro, tais rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gestão Administrativa		
Depósitos Judiciais/ Recursais	8.519	7.770
Repasse Folha Diretoria	8.519	7.770
Total	8.519	7.770

Refere-se a ação judicial de natureza administrativa movida pela Previcel, decorrente de inexistência de fundamentação que obrigue a Entidade a ressarcir suas patrocinadoras os custos decorrentes da cessão de diretores. Os valores estão atualizados de acordo com as regras da Caixa Econômica Federal.

4.2.3. Investimentos

a) Composição da carteira de investimentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fundos de Investimento	369.622	328.741
Notas do Tesouro Nacional – Série B	300.831	265.846
Letra Financeira do Tesouro Nacional	3.369	4.404
Letras/Notas do Tesouro Nacional - over	9.992	3.133
DPGE	2.456	2.128
Letra Financeira	463	1.538
Fundos de Renda Fixa	4.072	-
Fundos de Renda Variável	17.139	16.987
Ações	10.913	15.218
Fundos Estruturados	15.600	14.286
Exterior	4.962	3.300
Fundos Imobiliários	735	2.076
Contas a Pagar/Receber/Tesouraria	(910)	(175)
Operações com Participantes	2.844	3.377
Empréstimos	2.844	3.377
Depósitos Judiciais / Recursais	323	316
Total	372.789	332.434

b) Distribuição de títulos e valores mobiliários por categoria:

Títulos mantidos até o vencimento

Título	2021		2020	
	Valor de Custo	Valor Atualizado pela Curva dos Ativos	Valor de Custo	Valor Atualizado pela Curva dos Ativos
NTN-B	181.384	289.171	175.232	256.455
Total	181.384	289.171	175.232	256.455

Títulos para negociação

Título	2021		2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
LTN / NTN – Over	9.992	9.992	3.133	3.133
NTN-B	11.957	11.660	8.811	9.391
LFT	3.187	3.369	4.344	4.404
DPGE	2.000	2.456	2.000	2.128
Letra Financeira	377	463	1.426	1.538
Total	27.513	27.940	19.714	20.594

A Previcel possui intenção e capacidade financeira para manter em carteira os ativos classificados como “títulos mantidos até o vencimento” até seus respectivos vencimentos, e tal capacidade financeira caracteriza-se pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da Previcel.

c) Distribuição de títulos e valores mobiliários por vencimento:

2021			
Prazos	Títulos para Negociação	Títulos Mantidos até o Vencimento	Total da Carteira
Até 360 dias	16.280	-	16.280
Acima de 360 dias	11.660	289.171	300.831

2020			
Prazos	Títulos para Negociação	Títulos Mantidos até o Vencimento	Total da Carteira
Até 360 dias	4.259	-	4.259
Acima de 360 dias	16.335	256.455	272.790

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com o vencimento dos títulos integrantes do fundo de investimento exclusivo da Previcel.

4.3. Imobilizado e Intangível

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados que estão contabilizados ao custo de aquisição, ajustado por depreciação conforme descrito no quadro abaixo, apresentando os seguintes saldos:

	Taxa anual depreciação	2021			2020
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Computadores	20%	16	14	2	3
Periféricos	20%	6	6	0	1
Móveis e Utensílios	10%	18	9	9	10
Máquinas e Equipamentos	10%	3	2	1	2
Total		43	31	12	16

4.4. Exigível Operacional

4.4.1. Gestão Previdencial

Registra os recursos antecipados recebidos pelo plano de benefícios e valores de retenções sobre benefícios a serem recolhidos no mês seguinte. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

	2021	2020
Gestão Previdencial		
Retenções a Recolher	172	116
Outras Exigibilidades	1	1
Total	173	117

4.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar no exercício seguinte assumidos pela Previcel, inclusive as provisões de férias, taxas e as retenções a recolher incidentes sobre estes. Em 31 de dezembro estas contas a pagar apresentavam os seguintes valores:

	2021	2020
Gestão Administrativa		
Contas a Pagar – Salários e Encargos	9	7
Tributos a Recolher	16	16
Total	25	23

4.5. Exigível Contingencial

As contingências são fatos incertos (administrativos, trabalhistas, fiscais etc.), originados por interpretações divergentes que, dependendo de decisões futuras, poderão gerar desembolsos para a Previcel.

	2021	2020
Gestão Administrativa	8.530	7.780
Investimentos	323	316
Total	8.853	8.096

Todos os valores registrados no exigível contingencial foram atualizados de acordo com os índices de correção e a sua natureza.

4.5.1. Exigível Contingencial de Gestão Administrativa

São provisões referentes aos litígios relacionados à Gestão Administrativa da Previcel.

A ação judicial de natureza administrativa foi movida pela Previcel, decorrente de inexistência de fundamentação que obrigue a Entidade a ressarcir suas patrocinadoras os custos decorrentes da cessão de diretores:

a) valor total de R\$ 10 (R\$ 10 em 2020), referente a verbas de sucumbência; e

b) depósito judicial, no valor total de R\$ 8.520 (R\$ 7.770 em 2020), referente ao ressarcimento dos custos mensais decorrentes da cessão de diretores da Previcel desde 28/02/2006.

4.5.2. Exigível Contingencial de Investimentos

São provisões referentes aos litígios relacionados aos Investimentos da Previcel.

Quanto ao processo judicial do programa de investimentos, este é decorrente de depósito judicial do não reconhecimento de recolhimento do PIS e da Cofins, no valor total de R\$ 323 (R\$ 316 em 2020).

4.6. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas a partir de cálculos atuariais, os quais foram elaborados pela consultoria atuarial independente Data A Soluções em Serviços Atuariais, Econômicos e Previdenciários Ltda, que emitiu seu parecer datado de 23/02/2022, apresentando a seguinte composição das Reservas Matemáticas:

	2021	2020
Benefícios Concedidos	157.801	143.019
Benefício Definido	157.801	143.019
Benefícios a Conceder	198.321	172.820
Contribuição Definida	3.826	3.296
Benefício Definido Programado	188.685	164.130
Benefício Futuro Programado	282.193	239.229
Contribuição Futura	(93.508)	(75.099)
Benefício Definido não Programado	5.810	5.394
Benefício Futuro não Programado	9.262	7.862
Contribuição Futura	(3.452)	(2.468)
Provisões Matemáticas a Constituir	(661)	(727)
Total de Provisões Matemáticas	355.461	315.112

a) Benefícios concedidos

Registra o valor atual destinado à cobertura dos compromissos da Previcel com as complementações de aposentadorias e pensões que estão sendo pagas aos participantes ou dependentes em gozo de tais benefícios.

b) Benefícios a conceder – Benefícios do Plano

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes do Plano Básico que ainda não estejam em gozo de benefício.

c) Benefícios a conceder – Contribuições Futuras

Registra, de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes ao plano, bem como eventuais contribuições a serem recolhidas durante a percepção do benefício, tanto pelos participantes quanto pelas patrocinadoras.

4.7. Equilíbrio Técnico

O Equilíbrio Técnico do plano foi determinado com base na diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas posicionadas em 31 de dezembro.

	2021	2020
Patrimônio de Cobertura do Plano	365.080	325.361
Provisões Matemáticas	355.461	315.112
Benefícios Concedidos	157.801	143.019
Benefícios a Conceder	198.321	172.820
Provisões Matemáticas a Constituir	(661)	(727)
(=) Equilíbrio Técnico	9.619	10.249

As Provisões Matemáticas do Plano em 31/12/2021 evoluíram 12,80% em relação ao valor apurado em 31/12/2020, enquanto o Patrimônio de Cobertura do Plano registrou crescimento de 12,21%. Essa condição contribuiu para a redução no nível de superavit acumulado (equilíbrio técnico), comparativamente ao valor registrado em 2020.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos mostrou-se 10,34% maior que o valor registrado em 31/12/2020. Esse aumento é justificado pelas novas aposentadorias concedidas em 2021 e pelo reajuste dos benefícios que ocorrera em dezembro/2021.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder apresentou alta de 14,76% em relação ao valor apurado no exercício anterior, justificada pela entrada de novos participantes no Plano durante o exercício de 2021, pelo aumento do salário real de benefício – SRB e pela rentabilidade obtida nos investimentos.

4.8. Fundos

Constituição de Fundos

Os fundos são constituídos/revertidos mensalmente aos Programas de Gestão a que se vinculam, após a transferência do custeio administrativo e da rentabilidade dos recursos aplicados, juntamente com a diferença positiva ou negativa entre os recursos arrecadados e os recursos utilizados.

4.8.1. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é constituído a partir da reversão da reserva de poupança dos participantes cancelados, considerando as parcelas dos participantes desligados, representando atualmente o valor de R\$ 3.667 (R\$ 3.788 em 2020), 3,19% menor que o saldo de 2020.

4.8.2. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído a partir da sobra do Plano de Gestão Administrativa, após a transferência do custeio administrativo, da rentabilidade dos recursos aplicados e da contabilização das despesas administrativas realizadas no período, representando atualmente o valor de R\$ 3.842 (R\$ 3.136 em 2020), 22,51% maior que o saldo de 2020.

5. Ajustes e Eliminações Decorrentes do Processo de Consolidação das Demonstrações Contábeis

Para fins de consolidação das demonstrações, a Participação no Plano de Gestão Administrativa – PGA é eliminada por meio do Balancete de Operações Comuns. Assim, o somatório das contas patrimoniais do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa deve ser deduzido do saldo do Fundo Administrativo.

Classificação	Descrição	2021	2020
1.2.2.3	Participação no Plano de Gestão Administrativa		
1.2.2.3.01	Participação no PGA – Plano Básico	3.842	3.136
1.2.2.3.01	Participação no PGA – Operações Comuns	(3.842)	(3.136)
2.3.2.2.02	Participação do Fundo Administrativo PGA		
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA – Plano Básico	3.842	3.136
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA – Operações Comuns	(3.842)	(3.136)

6. Despesas administrativas

As despesas administrativas da Previcel são contabilizadas de acordo com o previsto no Plano de Gestão Administrativa.

6.1 Constituição de Contingências Administrativas

Os valores de depósitos judiciais referentes ao reembolso da remuneração a dirigentes foram classificados como Constituição de Contingências Administrativas. Em consonância ao plano de contas de 2021, as contingências administrativas foram registradas na Gestão Previdencial, e não mais na Gestão de Investimentos. Para fins de comparação apresentamos o quadro a seguir:

	2021	2020
Gestão Administrativa		
Constituição de Contingências Administrativas		
Gestão Previdencial – Depósito Judicial	498	317
Gestão de Investimentos – Depósito Judicial	-	175
Total	498	492

7. Regime tributário

Em 2001, foi editada a Medida Provisória nº 2.222 que, dentre outros assuntos, instituiu novos parâmetros para apuração e cálculos dos impostos e contribuições e criou o Regime Especial de Tributação – RET para efeito de apuração do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelas EFPC.

Em 2004, a Lei nº 11.053 revogou a Medida Provisória nº 2.222, extinguindo a tributação do Imposto de Renda sobre rendimentos das aplicações ou contribuições das patrocinadoras das EFPC, a partir de 01/01/2005.

Em relação aos impostos e contribuições cabe ainda mencionar a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins e o Programa de Integração Social – PIS.

O recolhimento do PIS e da Cofins devida sobre as receitas decorrentes do exercício de sua atividade, prevista na Lei Complementar nº 109/01, foi efetuado até julho de 2006, conforme legislação em vigor. Em agosto de 2006, a Previcel entrou com Mandado de Segurança para se abster de recolher esses tributos, e passou a depositar em juízo os valores envolvidos.

Em virtude da Lei nº 12.973, de 13/05/2014, vigente a partir de 01/01/2015, o Mandado de Segurança perdeu o objeto quanto aos fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 2015. Dessa forma, os recolhimentos passaram a ser efetuados a partir da competência de janeiro/2015. Todavia, em relação aos valores depositados judicialmente, mantém-se a discussão judicial e aguarda-se o julgamento do recurso.

8. Ajuste por alteração do Plano de Contas

Em 23 de novembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa PREVIC nº 44, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020. Em virtude da nova instrução, os recursos previdenciais, que contribuíram para a redução do patrimônio social e do ativo líquido tiveram uma nova abertura na Demonstração da Mutações do Patrimônio Social e na Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios quando comparado com os demonstrativos apresentados no exercício de 2020.

Para fins comparativos, apresentamos as informações do exercício de 2020 considerando o nível de abertura utilizado no exercício de 2021:

	2021	2020
Destinações (Benefícios)	(10.827)	(10.200)
Benefícios	(10.453)	(9.690)
Portabilidades/Resgates	(372)	(508)
Outras Destinações	(2)	(2)

9. Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais

O cálculo do ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais, previsto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e na Instrução Normativa Previc nº 33, de 23/10/2020, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial – equivalente a 4,50% – e o valor contábil desses títulos – R\$ 289.171 (R\$ 256.455 em 2020) (vide nota 4.2.3).

Os títulos que estão sujeitos ao ajuste são aqueles que têm por objetivo assegurar a concessão e manutenção dos benefícios a conceder que possuem valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, bem como os benefícios concedidos que possuem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, positivo ou negativo, deve ser acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais do Plano Básico da Previcel – Previdência Privada da Celepar em 31/12/2021, resultou em um valor positivo de R\$ 56.522 (R\$ 51.620 em 2020), conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor Investido	Quantidade	Taxa de Aquisição	Taxa Atuarial	Valor Contábil	Valor pela Taxa Atuarial	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2050	24.780	11.200	5,71%	4,50%	45.031	53.283	8.252
NTN-B	15/08/2050	9.956	4.500	5,71%	4,50%	18.093	21.408	3.316
NTN-B	15/08/2050	4.978	2.250	5,71%	4,50%	9.046	10.704	1.658
NTN-B	15/08/2050	11.582	5.000	5,56%	4,50%	20.508	23.787	3.280
NTN-B	15/08/2050	16.058	6.935	5,60%	4,50%	28.292	32.993	4.701
NTN-B	15/08/2030	23.026	9.400	5,59%	4,50%	37.294	40.003	2.709
NTN-B	15/08/2050	10.986	4.390	5,60%	4,50%	17.908	20.885	2.977
NTN-B	15/08/2050	6.536	2.550	5,46%	4,50%	10.601	12.131	1.531
NTN-B	15/08/2050	8	3	5,40%	4,50%	13	14	2
NTN-B	15/08/2050	3.086	1.300	5,85%	4,50%	5.130	6.185	1.055
NTN-B	15/08/2040	5.261	2.200	6,24%	4,50%	8.291	10.032	1.741
NTN-B	15/08/2050	3.006	1.238	6,18%	4,50%	4.677	5.890	1.213
NTN-B	15/08/2050	4.961	2.000	6,09%	4,50%	7.650	9.515	1.865
NTN-B	15/08/2040	2.172	1.000	6,96%	4,50%	3.501	4.560	1.059
NTN-B	15/08/2050	2.138	1.000	6,99%	4,50%	3.419	4.757	1.338
NTN-B	15/05/2055	1.994	820	6,44%	4,50%	2.945	3.911	966
NTN-B	15/05/2055	1.990	780	6,16%	4,50%	2.909	3.720	812
NTN-B	15/05/2055	1.199	455	6,17%	4,50%	1.695	2.170	475
NTN-B	15/05/2055	1.001	381	6,20%	4,50%	1.414	1.817	403
NTN-B	15/05/2055	2.005	794	6,51%	4,50%	2.825	3.787	962

NTN-B	15/05/2055	1.226	500	6,80%	4,50%	1.713	2.385	672
NTN-B	15/05/2055	1.505	630	7,01%	4,50%	2.100	3.005	905
NTN-B	15/08/2050	2.926	1.350	6,71%	4,50%	4.773	6.423	1.649
NTN-B	15/08/2040	2.972	1.350	6,67%	4,50%	4.866	6.156	1.290
NTN-B	15/05/2055	998	445	7,57%	4,50%	1.384	2.123	739
NTN-B	15/05/2055	1.507	640	7,24%	4,50%	2.073	3.053	980
NTN-B	15/05/2055	1.200	515	7,43%	4,50%	1.628	2.456	829
NTN-B	15/05/2055	2.436	1.000	7,26%	4,50%	3.232	4.770	1.538
NTN-B	15/08/2050	1.996	800	6,99%	4,50%	2.733	3.806	1.073
NTN-B	15/05/2055	5.010	1.700	6,03%	4,50%	6.458	8.108	1.650
NTN-B	15/08/2050	2.989	1.000	5,89%	4,50%	3.925	4.757	832
NTN-B	15/08/2050	1.009	340	5,98%	4,50%	1.319	1.618	298
NTN-B	15/05/2045	4.062	1.248	5,47%	4,50%	5.079	5.753	673
NTN-B	15/05/2055	2.997	935	5,76%	4,50%	3.689	4.460	770
NTN-B	15/05/2055	4.048	1.250	5,91%	4,50%	4.825	5.962	1.137
NTN-B	15/05/2055	1.626	500	5,93%	4,50%	1.925	2.385	460
NTN-B	15/05/2045	1.187	280	5,04%	4,50%	1.204	1.291	87
NTN-B	15/05/2055	1.998	470	5,19%	4,50%	2.015	2.242	227
NTN-B	15/05/2055	2.967	710	5,31%	4,50%	2.989	3.386	398
						289.171	345.692	56.522

Rubens Miranda Junior
Diretor Presidente
CPF 495.078.429-34

Sulyvan Truppel Kuhnen
Diretor Adm e Financeiro
CPF 023.898.549-07

Cleire Busto Guimarães dos Santos
Técnica em Contabilidade
CRC-SC 020670/O-2
CPF 099.042.802-82

PARECER ATUARIAL
AValiação ATUARIAL EXERCÍCIO 2021

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS DA PREVICEL
CNPB: 1996.0039-92

11 OBJETIVO

O presente parecer tem por objetivo apresentar a qualidade do cadastro de dados dos participantes, as hipóteses e métodos atuariais, o custo do plano, os resultados da Avaliação Atuarial e o custo administrativo.

O Plano Básico da PREVICEL apresenta o seguinte elenco de benefícios:

1. Quanto aos Participantes:
 - a. Suplementação Mensal de Aposentadoria Normal;
 - b. Suplementação Mensal de Aposentadoria Antecipada;
 - c. Aposentadoria Diferida;
 - d. Suplementação Mensal de Aposentadoria por Invalidez;
 - e. Abono Anual;
2. Quanto aos Beneficiários:
 - a. Suplementação Mensal de Pensão por Morte;
 - b. Suplementação Mensal de Auxílio Reclusão;
 - c. Abono Anual (para benefícios de Pensão por Morte e Auxílio Reclusão).

12 BASE CADASTRAL

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram recepcionadas pela equipe atuarial da Data A em arquivos nos formatos “xls” e “PDF”, com data-base em 31/12/2021, e foram objeto de análise e testes de consistências. Os resumos dos resultados dos testes realizados na base cadastral estão descritos abaixo.

A base cadastral foi fornecida, no layout solicitado, em arquivos eletrônicos. Sobre as informações disponibilizadas, foram feitas as devidas validações e consistências, comparativamente à base cadastral referente aos meses de janeiro/2021 até novembro/2021, permitindo que os dados cadastrais fossem considerados válidos para a presente avaliação atuarial.

A análise cadastral dos participantes ativos resultou em algumas críticas que retornaram as seguintes justificativas da equipe de controle do passivo da Entidade:

1. Aumento salarial atípicos em relação nos meses comparados: usualmente caracterizado por razões de salário proporcionais na ocorrência de ingresso ou saída da patrocinadora.

Foi disponibilizada a relação dos participantes que optaram pelo pagamento da joia ao Plano, mediante um percentual a ser aplicado sobre o Salário de Participação, conforme regras regulamentares. Ao todo, são 62 participantes com pagamento de joia ativo.

Para os cálculos das provisões matemáticas de benefícios concedidos, foi considerada a família real do participante.

Analisando as informações encaminhadas se verificou que o Plano Básico PREVICEL possui em seu cadastro 829 participantes, sendo 761 ativos, 7 autopatrocinados, 3 BPD e 58 cancelado. No seu cadastro de participantes em gozo de benefício tem-se 175 aposentados e 28 pensionistas.

Salientamos que os indivíduos com a situação “cancelado” não foram considerados para apuração das médias apresentadas no quadro de estatísticas abaixo:

Tabela 1: Informações gerais sobre os participantes

Item	DEZ/2020	DEZ/2021	Variação
Nº de participantes	846	829	-17
Ativos	773	761	-12
Autopatrocinados	10	7	-3
BPD	3	3	0
Cancelados	60	58	-2
Média idade atual (anos)	44	44	0
Média idade de aposentadoria (anos)	58	58	0
Média tempo de espera para aposentadoria	14	11	-3
Média do salário de participação	R\$ 6.279,43	R\$ 5.979,21	-R\$ 300,22
Média do salário real de benefício (SRB)	R\$ 7.206,90	R\$ 7.228,03	R\$ 21,13
Folha anual do salário de participação	R\$ 63.918.287,42	R\$ 64.437.982,57	R\$ 519.695,15

Tabela 2: Informações gerais sobre aposentados e pensionistas

Item	DEZ/2020	DEZ/2021	Variação
Aposentadoria normal			
Nº de aposentados	162	162	0
Idade média (anos)	66	67	1
Benefício médio	R\$ 4.456,42	R\$ 4.990,56	R\$ 534,14
Aposentadoria por invalidez			
Nº de aposentados	13	13	0
Idade média (anos)	64	65	1
Benefício médio	R\$ 748,13	R\$ 823,81	R\$ 75,68
Pensionistas			
Nº de pensões	25	28	3
Nº de pensionistas	32	38	6
Benefício médio por pensão	R\$ 1.978,75	R\$ 2.198,10	R\$ 219,35

13 HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras. Conforme determina o Art. 3º da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, as hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, bem como o plano de benefícios de caráter previdenciário.

Neste contexto, as hipóteses atuariais foram analisadas e recomendadas pelo atuário do plano, por meio de Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais 02/2021, realizado em setembro de 2021, obedecendo às normas legais vigentes.

Pela conclusão do estudo, a Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho Deliberativo da EFPC, aprovou a adoção das seguintes hipóteses para a avaliação atuarial de 31/12/2021 e vigência a partir de 01/01/2022:

Tabela 3: Hipóteses financeiras vigentes na avaliação atuarial 2021

Hipóteses financeiras	Descrição/Valor
Taxa real de juros	4,5 a.a.
Taxa real de crescimento salarial	Tabela por faixa etária 2021, com média 2,65% a.a. (vide estudo de aderência PREVIC 2021)

Tabela 4: Hipóteses biométricas vigentes na avaliação atuarial 2021

Hipóteses biométricas	Descrição/Valor
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 83 Masculina
Tábua de Entrada Invalidez	Álvaro vindas
Rotatividade	Não aplicável
Idade de entrada em aposentadoria	Considerar as regras de elegibilidade do Regime Geral de Previdência Social vigentes em período imediatamente anterior ao da Promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019.
Composição familiar de provisões sob BaC	Para os participantes, 90% de chances de ter um dep. vitalício e que as idades entre homens e mulheres serão iguais e quantidade de dependentes igual a 2.
Composição familiar de provisões sob BC	Família real

Cabe salientar que na construção das premissas de crescimento salarial, o modelo inicialmente apresentado carece de características relevantes a aplicação usual de regressões lineares da literatura como não-correlação dos erros. Esse fator é preferível ao invés da heterocedasticidade encontrada quando utilizado a idade como fator direto da explicação do salário, sendo esta a razão do uso da variável resposta “salário médio”.

Adicionalmente, quanto as premissas de mortalidade da massa, é notável que não fora possível compor amostra suficiente para as distribuições teóricas geradas a partir das tábuas de decrementos atuais ficando prejudicado os poderes dos testes estatísticos. Nesta seara, indica-se no futuro estudos de aderências adicionais visando a utilização de outras massas com características similares aos participantes da PREVICEL, uma vez que vinculada uma justificativa causal, será permitido a utilização dos testes estatísticos com maior poder nos testes. Sendo assim, os resultados na escolha das tábuas de mortalidade vigente se deram por critérios de consistência, não de estrita aderência, apesar dos resultados favoráveis de manutenção dos testes.

14 PLANO DE CUSTEIO VIGENTE

Conforme demonstrado na Tabela 5, o custo anual dos benefícios do Plano alcançou o percentual de 13,47% sobre a folha anual de Salários de Participação, em pico. Em contrapartida, verifica-se que o volume de contribuições anuais, classificadas como normais e de joia, pela aplicação do plano de custeio vigente, representa 12,79% sobre a folha anual de Salários de Participação.

Tabela 5: Custo *versus* custeio normal do plano em 2021

	Aposentadoria Normal	Aposentadoria por Invalidez	Pensão por Morte de Ativo	Total
Custo				
(a) Custo Anual dos Benefícios*	R\$ 9.663.241,20	R\$ 144.351,82	R\$ 171.079,64	R\$ 9.978.672,66
(b) Folha Anual de Salários de Participação (em pico)				R\$ 64.437.982,57
% Custo Anual sobre a Folha de Salário de Participação Anual [a : b]	13,04%	0,19%	0,23%	13,47%
Custeio				
(c) Contribuições Normais Anuais Atuais	R\$ 7.913.612,98	R\$ 119.035,08	R\$ 141.021,54	R\$ 8.173.669,59
(d) Contribuições Joia Anuais Atuais	R\$ 67.402,36	R\$ 1.013,85	R\$ 1.201,12	R\$ 69.617,33
% Custeio Anual sobre a Folha de Salário de Participação Anual [(c+d) : b]	12,39%	0,19%	0,22%	12,79%

15 PROVISÕES MATEMÁTICAS NA DATA BASE DOS DADOS

Apresentamos a seguir o detalhamento das obrigações do Plano Básico da PREVICEL com relação aos participantes vinculados em 31/12/2021, considerando as regras dispostas no Regulamento do Plano, a metodologia de cálculo interpretada pela Nota Técnica Atuarial e as hipóteses adotadas conforme item 3 deste Parecer Atuarial.

Ainda, segue no Anexo I, o detalhamento das Provisões Matemáticas, do Patrimônio de Cobertura do Plano, dos Resultados Realizados e Fundos Previdenciais.

As Provisões Matemáticas referentes as parcelas de benefício definido apuradas na Avaliação Atuarial de 2021 totalizam um valor de R\$ 356.142.097,92, que comparadas aos valores apurados na Avaliação Atuarial anterior no valor de R\$ 315.111.708,82, apresentam um aumento de 13% que corresponde à R\$ 41.030.389,10.

16 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O Plano Básico da PREVICEL adota a cobrança de taxa de carregamento de 14% sobre as contribuições previdenciárias das patrocinadoras e de participantes ativos e autopatrocinados. Para os assistidos, a cobrança é de 2,10% sobre o valor dos benefícios mensais. Já para os participantes em situação de BPD, a taxa aplicada corresponde à 0,01% sobre o saldo das suas respectivas reservas matemáticas.

O Plano também adota uma taxa administrativa sobre o seu patrimônio, sendo deduzida da rentabilidade da cota.

Com o objetivo de verificar o equilíbrio entre as receitas e as despesas administrativas do Plano, foi realizado um estudo com base no fluxo de receitas e despesas ao longo de 2021. Conclui-se, que houve um superávit em 2021, no quesito receitas contra despesas no valor de R\$ 219.000,50.

Observou-se ainda o registro contábil de um Fundo Administrativo no montante de R\$3.842.434,19.

Sugere-se a manutenção das atuais alíquotas que constituem as receitas administrativas e o monitoramento dos recursos que serão arrecadados no exercício de 2022, frente às despesas administrativas da Entidade, para que o Fundo Administrativo se mantenha suficiente para cobertura de eventuais despesas extraordinárias, observando seu orçamento anual e a manutenção da Entidade no período da duration do Passivo.

17 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

A situação atuarial do Plano Básico da PREVICEL, administrado pela PREVICEL, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais, apresentou, em 31/12/2021, situação equilibrada.

O resultado de equilíbrio técnico, em 31/12/2021, é decorrente do confronto do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas no montante de R\$ 355.461.269,03, com o Patrimônio para Cobertura do Plano no montante de R\$ 365.080.368,13. Vale ressaltar que este resultado se refere aos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido.

18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na qualidade de atuários do Plano Básico de Benefícios da PREVICEL, CNPB: 1996.0039-92, administrado pela PREVICEL, o referido Plano encontra-se em 31/12/2021 na situação de equilíbrio técnico.

Reforçamos que nesta avaliação atuarial foi alterada a hipótese atuarial de taxa real anual de crescimento salarial, em relação àquela adotada na avaliação atuarial do exercício de 2020.

Por fim, os valores das Provisões Matemáticas do Plano Básico de Benefícios da PREVICEL encontram-se devidamente cobertas pelo patrimônio, indicando equilíbrio financeiro-atuarial.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2022.

Priscila Santos Portal
Atuária Miba nº 2.654

Patrícia dos Santos Cota
Atuária Miba nº 1.789

ANEXO I

Tabela 6: Provisões Matemáticas, fundos e resultados em 31/12/2021

	31/ 12/ 2021
PATRIMÔNIO SOCIAL	372.590.240,13
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	365.080.368,13
PROVISÕES MATEMÁTICAS	355.461.269,03
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	157.801.341,53
Contribuição Definida	-
Saldo de Conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	157.801.341,53
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	144.365.277,21
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	13.436.064,32
BENEFÍCIOS A CONCEDER	198.320.613,23
Contribuição Definida	3.826.402,38
Saldo de Conta - Parcela Patrocinador	848.939,48
Saldo de Conta - Parcela Participante	2.766.117,40
Saldo de Conta - Portada EFPC	161.061,19
Saldo de Conta - Parcela Participante	50.284,31
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	188.684.924,01
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	282.192.980,85
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	46.754.028,42
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	46.754.028,42
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.809.286,84
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	9.262.079,96
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	1.726.396,56
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	1.726.396,56
(-) PROMISSÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	660.685,73
EQUILÍBRIO TÉCNICO	9.619.099,10
RESULTADOS REALIZADOS	-
Superávit Técnico Acumulado	-
- Reserva de Contingência	-
- Reserva para Revisão do Plano	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-
RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDO PREVIDENCIAL	7.509.872,00
Fundos Previdenciais	3.667.437,81
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	3.667.437,81
Fundos Administrativos	3.842.434,19
Plano de Gestão Administrativa	3.842.434,09

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da

Previcel – Previdência Privada da Celepar

Curitiba - PR.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Previcel – Previdência Privada da Celepar** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Previcel – Previdência Privada da Celepar** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 21 de março de 2022.

BEZ Auditores Independentes SS
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC-PR 037262/O-2

CONSELHO FISCAL
56ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal
Análise das demonstrações contábeis do exercício de 2021

**ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DA PREVICEL - PREVIDÊNCIA
PRIVADA DA CELEPAR, REALIZADA NO DIA
VINTE E NOVE DE MARÇO DE 2022.**

No dia vinte e nove do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11 horas, realizou-se a quinquagésima sexta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Previcel – Previdência Privada da Celear. Os trabalhos contaram com a presença dos seguintes conselheiros: César Maurício d'Oliveira, Cristiano Precoma, Hélio Martinhago Junior, Marcelo Rossetti e Viviane Santos da Silva Irao.

Assunto da Pauta:

Análise dos relatórios e documentos referentes as Demonstrações Contábeis Consolidadas, relativas ao exercício social de 2021.

Relato da Reunião:

Foram disponibilizados pela Diretoria Executiva da Previcel a este Conselho, em 23/03/2022, em acordo com as letras “a” até “i” do art. 17 da Resolução CNPC No 29 de 13 de abril de 2018, os seguintes documentos:

- Análise das demonstrações contábeis do exercício de 2021, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2021.
- Parecer atuarial do plano básico elaborado pela Data A Soluções em Serviços Atuariais Econômicos e Previdenciários em 23/02/2022.
- Ata da reunião de aprovação, pela Diretoria Executiva da Previcel em 21/03/2022, do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021, das Demonstrações Contábeis, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e do Parecer Atuarial.
- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis elaborado pela BEZ Auditores Independentes S/S em 21/03/2022.

Além do exame desses documentos foi realizada, no dia 25/03/2022, uma apresentação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 conduzida pela coordenadora atuarial Priscila Santos Portal da Data A e pela Diretoria Executiva aos conselheiros da entidade para a exposição de informações e esclarecimentos.

Considerando todas as análises efetuadas por este conselho e o relatório do auditor independente, o qual foi emitido sem ressalvas pela BEZ, o Conselho Fiscal recomenda, por unanimidade, ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2021.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos conselheiros presentes.

Curitiba, 29 de março de 2022.

César Maurício d'Oliveira

Cristiano Precoma

Hélio Martinhago Junior

Marcelo Rossetti

Viviane Santos da Silva Irao

CONSELHO DELIBERATIVO – GESTÃO 2020/2022
124ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo

**ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DELIBERATIVO DA PREVICEL -
PREVIDÊNCIA PRIVADA DA CELEPAR,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DE
2022.**

Aos vinte e nove dias de março de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, realizou-se a centésima vigésima quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Previcel – Previdência Privada da Celear. Os trabalhos contaram com a presença dos seguintes conselheiros: Sergio Luiz Furtado da Rosa - Presidente do Conselho, Ana Paula de Barros Camatta, Annelise Graes Mareca, Ezequiel Jonacir Mazza, Tânia Volkmann e Timothy Edwin Squair. Participaram como convidados o Diretor Presidente da Previcel, Rubens Miranda Junior, o Diretor de Seguridade da Previcel, João Carlos dos Santos, e o Diretor Administrativo-Financeiro da Previcel, Sulyvan Truppel Kuhnen.

Ausências justificadas: Alessandro Miranda Pimenta e Yuri Damasceno Schultz.

Ausências injustificadas: Não Houve.

Assuntos da Pauta:

1 – Análise do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 e Demonstrações Contábeis.

Relato da Reunião: O Presidente do Conselho apresentou a ata da 56ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, realizada em 29 de março de 2022, que analisou e aprovou o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021, as Demonstrações Contábeis, incluindo a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidado), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios; as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Parecer Atuarial e o Parecer dos Auditores Independentes. Todos esses documentos foram enviados previamente ao Conselho Deliberativo. O Parecer Atuarial foi discutido em mais detalhe, em particular o item 4 do documento no qual é apontado que atualmente o custeio do Plano Básico é menor que seu custo, e os itens 7 e 8, com os resultados da avaliação atuarial e as considerações finais, nos quais consta o parecer que o plano encontra-se em equilíbrio. A explicação oferecida para o plano estar em equilíbrio mesmo tendo custeio menor que o custo encontra-se na rentabilidade prevista de

grande parte da carteira, constituída de títulos públicos de longo prazo marcados na curva e com rentabilidade acima da meta atuarial adotada para o Plano Básico. Após discussão sobre esse ponto, e não havendo dados que pudessem embasar de forma numérica uma eventual alteração do plano de custeio, o conselho decidiu manter o plano de custeio atual, mas irá monitorar a situação, e aguardará que a equipe atuarial da Data A envie simulações a respeito da diferença entre o custo e o custeio, para aprofundar sua análise. Assim, após análise, discussão e esclarecimento de dúvidas pelo Diretor Administrativo-Financeiro, e considerando o parecer favorável do Conselho Fiscal, os documentos foram aprovados.

Deliberações: De acordo com as disposições estatutárias da Previcel e, tendo em vista o parecer do Conselho Fiscal, os Conselheiros deliberaram por aprovar o Balanço Patrimonial do exercício de 2021, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Parecer Atuarial e o Parecer dos Auditores Independentes. Os documentos deverão ser divulgados pela Diretoria Executiva da Previcel aos participantes por meio eletrônico e, quando houver solicitação, encaminhados de forma impressa.

Curitiba, 29 de março de 2022.

Ana Paula de Barros Camatta

Annelise Graes Mareca

Ezequiel Jonacir Mazza

Sergio Luiz Furtado da Rosa

Tânia Volkmann

Timothy Edwin Squair